

**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO
PLANO PLURIANUAL
2008 - 2011**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exercício 2011

Ano Base 2010



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério da Fazenda

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2011**

Ministro da Fazenda

Guido Mantega

Secretário-Executivo

Nelson Barbosa

Secretário-Executivo Adjunto

Dyogo Henrique de Oliveira

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Alexandre Ribeiro Motta

Subsecretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração

Augusto Akira Chiba

Coordenadora-Geral de Planejamento e Projetos Organizacionais

Raimunda Ferreira de Almeida

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Administração Tributária e Aduaneira	10
Banco para Todos	18
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	22
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	26
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	32
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	37
Educação Fiscal	43
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	48
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	51
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	55

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o(a) Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados **R\$ 20.395.714.452,67** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 24.754.837.594,00	Empenho Liquidado:	R\$ 20.151.435.584,67
	Pago Estatais:	R\$244.278.868,00
	Total:	R\$ 20.395.714.452,67
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R\$132.468.215.179,76	R\$198.898.195.588,48	

Além disso, do total de **R\$ 1.219.023.059,18** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 685.997.095,51**, ou seja, **56,27 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério da Fazenda (MF)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	8010 Educação Fiscal	535.500,00	158.214,51	29,55
Total Finalístico		535.500,00	158.214,51	29,55
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0770 Administração Tributária e Aduaneira	7.784.544.584,00	7.402.720.747,58	95,10
	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	38.423.235,00	26.388.419,70	68,68
	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	142.198.437,00	120.104.075,12	84,46
	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	1.567.804.641,00	1.526.876.102,41	97,39
	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	102.012.514,00	89.476.821,66	87,71

Relatório Anual de Avaliação

1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	140.500.000,00	55.616.100,79	39,58
0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	227.022.163,00	193.011.187,68	85,02
0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	4.489.182,00	3.098.469,74	69,02
1266 Gestão da Política Econômica	4.742.774,00	3.322.919,83	70,06
0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	19.754.873,00	15.053.413,35	76,20
0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	349.860.580,00	244.278.868,00	69,82
0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	498.818.542,00	429.107.647,29	86,02
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	10.880.171.525,00	10.109.054.773,15	92,91
Total Geral	10.880.707.025,00	10.109.212.987,66	92,91

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

O Ministério da Fazenda possui cinco Objetivos Setoriais que são verificados a partir da aferição dos indicadores a eles associados e da análise das principais contribuições de seus Programas. A seguir serão apresentados os resultados obtidos por esses indicadores e as principais contribuições de alguns Programas do MF.

O Objetivo 1 Assegurar a Gestão Equilibrada das Contas Públicas possui vínculo com o indicador Resultado Primário do Governo Central. Em 2010, segundo as estatísticas divulgadas pelo BCB, este indicador alcançou um superávit de 2,15% do PIB (R\$78,7 bilhões), suficiente para cumprir a meta estabelecida para o período. Em 2009, a apuração deste indicador apontou um superávit primário de 1,35% do PIB (R\$42,4 bilhões). A melhora deste indicador reflete o compromisso assumido pelo Governo Federal em 2009 de retorno do esforço fiscal a um patamar compatível com o vigente no período anterior à crise econômica e financeira internacional.

Destaca-se que em novembro/2010 o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem n.647/2010, Projeto de Lei (PLN n.86/2010, convertido posteriormente na Lei n.12.377/2010) contemplando a alteração do art. 2º e do Anexo IV da LDO-2010, que implicou na retirada das empresas do Grupo Eletrobrás da apuração da meta de resultado primário das Empresas Estatais Federais e na manutenção do equilíbrio fiscal das demais empresas do setor público.

As principais contribuições, em 2010, de Programas do MF para esse Objetivo foram:

1) Administração Tributária e Aduaneira: a arrecadação bruta dos impostos e contribuições atingiu R\$623,9 bilhões, no período de janeiro a outubro/2010. Ao comparar com 2009, esse desempenho apresentou variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de +11,23%. Esse

resultado decorre, principalmente, dos fatores a seguir: crescimento de 14,20% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro/2009 a setembro/2010, em relação ao período de dezembro/2008 a setembro/2009; compensações nos pagamentos de Cofins, PIS e Cide, nos primeiros meses de 2009, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamentos a maior; aumento das alíquotas do IOF para 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais; crescimento de 13,68% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a setembro/2010 em relação a dezembro/2008 a setembro/2009; e aumento nominal de 12,01% em relação a igual período do ano anterior.

2) Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional: a Arrecadação da Dívida Ativa da União foi cerca de R\$13,4 bilhões, até outubro de 2010; o estoque da DAU atingiu R\$874 bilhões; e a recuperação de créditos alcançou R\$429,1 milhões superando a meta prevista para 2010.

3) Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização: foram autorizados a concessão de mais de 3.000 habilitações para pessoas físicas e mais de 1.000, para pessoas jurídicas, no que tange as atividades de intermediação das operações de seguro; e a SUSEP participou do subgrupo de serviços financeiros do Mercosul, objetivando acelerar o processo de integração dos mercados.

O Objetivo 2 Assegurar a Estabilidade da Política Econômica possui como indicador o Índice de Inflação. Este, em 2010, foi de 5,91%, sendo que em 2009 foi de 4,31%. Comparativamente a 2009, a inflação em 2010 elevou-se, refletindo o maior ritmo da atividade econômica, que resultou em descompasso entre oferta e demanda, e os choques doméstico e externo nos preços de alimentos. O aquecimento da economia tende a refletir-se em pressões sobre os preços de serviços, que registraram elevação acima da meta de inflação. A variação do IPCA foi de 4,31% em 2009, para 5,91% em 2010, mantendo-se dentro do intervalo de tolerância fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para a meta de inflação, +/- 2 p.p.

O indicador Índice de Inflação apresentou, em 2010, o índice 5,91%. Em 2009, este mesmo indicador obteve índice de 4,31%.

As principais contribuições, em 2010, dos Programas vinculados a esse Objetivo foram:

1) Gestão de Políticas Monetárias, Cambial e de Crédito:

- Acesso aos serviços bancários: O limite de saldo para manutenção de conta foi elevado dos atuais R\$1.000,00 (conforme Resolução n.3.211/2004) para R\$2 mil e foi determinado que as contas sejam bloqueadas apenas quando o saldo ou somatório dos depósitos, em determinado mês, for superior a R\$5 mil, o que possibilitou a ampliação do uso de tais contas. As contas correntes simplificadas, no período de agosto/2009 a agosto/2010, tiveram uma redução de 4% (de 10.225 mil contas para 9.773 mil). Já as contas ativas cresceram 18% (de 5.530 mil para 6.545 mil), no mesmo período.

- A Carteira de Crédito consignado no SFN apresentou um crescimento de 28% no período de setembro/2009 a setembro/2010, chegando a um total de R\$130,0 bilhões em operações de crédito consignado. Esse crescimento foi muito superior ao ocorrido na carteira de todo o SFN, que no mesmo período apresentou um crescimento de 15%.

2) Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários: Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: alteração das regras via Instrução CVM n.º 482/2010; Exercício da atividade de análise dos valores mobiliários: aprimoramento das regras por meio da Instrução CVM n.º 487/2010; Procedimento aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta: foram realizadas alterações significativas por meio da Instrução CVM n.º 487/2010; Processo de Convergência das Normas Contábeis Brasileiras aos padrões internacionais (Lei n.º 11.638/07): emissão de 14 atos normativos aprovando três novas deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e 16 alterações e aprimoramentos de normas emitidas nos anos 2008 e 2009.

O Objetivo 3 Garantir a Transparência e Controle dos Gastos Públicos tem como indicador a Divulgação dos Relatórios de Gestão das Unidades do MF e demais Relatório Específicos. Em 2010, foram divulgados pelas Unidades do MF 17 Relatórios (14 Relatórios

Relatório Anual de Avaliação

de Gestão e 3 de Atividades), considerando o ano base 2009. Enquanto que em 2009, ano base 2008, foram divulgados 19 Relatórios (14 Relatórios de Gestão, 03 de Auditoria, 02 de Atividades).

As principais contribuições do Programa Educação Fiscal, para esse Objetivo, foram: 1.200 auditores treinados no Programa de Formação da Receita Federal do Brasil; 11.000 disseminadores capacitados em Educação Fiscal nos Estados; 500 lideranças em Educação Fiscal no Programa de Formação de Dirigentes Fazendários (PDFAZ); e 29 servidores concluíram o curso de Pós-Graduação em Educação Fiscal. Além disso, ressalta-se em 2010, no âmbito do Programa de Educação Financeira nas Escolas, foi iniciado o projeto piloto em 900 escolas públicas do ensino médio do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e Tocantins.

O Objetivo 4 Analisar e Acompanhar os Investimentos Públicos em Setores Estratégicos da Economia em Bases Regionais possui o seguinte indicador Índice de Execução Orçamentário-Financeira, cuja fórmula é: Execução Financeira/Dotações Orçamentárias. Em 2010, a Execução Financeira foi de R\$3,3 bilhões e a Dotação Orçamentária foi de R\$4,2 bilhões, obtendo índice de 78,6%. Em 2009, a Dotação do MF foi de R\$4,7 bilhões, sendo que o Limite utilizado foi de 86%. Desta forma, percebe-se que houve redução de 10,38%, na Dotação de 2010.

As principais contribuições do Programa Produção de Moeda e Documentos de Segurança, para esse Objetivo foram: investimentos no montante de R\$250 milhões, com destaque para - duas linhas de produção de cédulas com equipamentos de última geração aptos a atender o BCB, na implantação da nova família de cédulas do real; três linhas ampliadas e eletrovestimentos de disco de moeda; 12 prensas de cunhagem de moedas; e dois modernos sistemas de contagem e embalagem de moedas.

O Objetivo 5 Contribuir para o Ajuste Estrutural das Contas Externas possui dois indicadores: -Corrente de Comércio: em 2010, apresentou índice de 22,6%. Em 2009, obteve 21,9% (revisado com base em dados atualizados do IBGE). A corrente total de comércio brasileira de bens e serviços totalizou US\$473,4 bilhões, em 2010, registrando crescimento de 34,9% relativamente ao ano anterior. Este desempenho reflete a retomada nas vendas brasileiras para os mercados externos, após os efeitos recessivos da crise econômica global de 2009, e a forte recuperação ocorrida na economia nacional (expansão do PIB de 7,5%).

-Dívida Externa: este indicador teve redução de 9,0% (4,8% em dólares), passando de R\$99,0 bilhões (US\$56,8 bilhões), em dezembro/2009, para R\$90,1 bilhões (US\$54,1 bilhões), em dezembro/2010, em linha com a estratégia de redução da vulnerabilidade externa do Brasil. Isso pode ser explicado: pelas emissões de \$5,2 bilhões de bônus soberanos no mercado internacional; pelas emissões de R\$3,8 bilhões de dívida contratual; pelo Programa de Resgate Antecipado da DPFe, que resgatou R\$7,8 bilhões; pelos fluxos de maturação da DPFe ocorridos em 2010, que totalizaram R\$ 14,4 bilhões. Adicionalmente, impactaram a evolução do estoque em moeda nacional a valorização do real frente ao dólar observada ao longo do ano e a apropriação de juros que, juntas, somaram R\$4,3 bilhões.

As principais contribuições do Programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional - SFN para esse Objetivo foram: Definição de critérios para política de remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, com vistas a desencorajar práticas que levem à assunção de riscos excessivos e a adequar o arcabouço regulatório nacional às boas práticas bancárias internacionais; Regulamentação das Letras Financeiras: conversão da Medida Provisória n.472/2009 na Lei n.12.249/2010; e Cooperativas de crédito: foram aprimoradas as ferramentas, mediante revisão e ampliação do Método de Avaliação de Cooperativas Centrais (MACC).



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Administração Tributária e Aduaneira

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Alberto Freitas Barreto

OBJETIVO

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$7.784.544.584,0	Empenhado Liquidado: R\$7.402.720.747,58 Pago Estatais: - Total: R\$7.402.720.747,58
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ações de Caráter Sigiloso - 2866 (-/-)	0,00	0,00	-	839.000,00	131.327,68	15,65
Arrecadação Tributária e Aduaneira - 2238 (Tributo arrecadado/R\$ bilhão)	701,00	743,17	106,02	101.118.150,00	82.024.506,53	81,12
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	15.219,00	0,00	0,00	39.405,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	29.632,00	38.940,00	131,41	43.128.713,00	43.108.793,56	99,95
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	3.164,00	2.824,00	89,25	2.727.376,00	2.654.448,97	97,33
Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - 2237 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	42.384,00	531.773,00	1.254,66	119.074.817,00	75.109.337,44	63,08

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	21.741,00	26.805,00	123,29	96.116.963,00	95.189.923,44	99,04
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.505,00	4.748,00	135,46	5.862.434,00	5.671.219,25	96,74
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN - 10B3 (Edifício construído/% de execução)	24,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - SP - 10B0 (Edifício construído/% de execução)	44,00	85,56	194,45	1.000.000,00	855.634,72	85,56
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP - 10AX (Edifício construído/% de execução)	30,00	0,00	0,00	1.697.811,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - SP - 10B1 (Edifício construído/% de execução)	23,00	0,00	0,00	1.309.488,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Brasília - 104I (Obra concluída/% de execução física)	7,00	18,83	269,00	3.000.000,00	564.874,00	18,83
Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC - 10B2 (Edifício construído/% de execução)	40,00	0,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO - 10A6 (Obra concluída/% de execução física)	66,00	94,49	143,17	7.791.000,00	7.361.443,63	94,49
Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA - 10AV (Obra concluída/% de execução física)	10,00	6,33	63,30	1.000.000,00	63.259,22	6,33

Relatório Anual de Avaliação

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	962.551.482,00	961.558.399,28	99,90
Funcionamento do Conselho de Contribuintes - 2013 (-/-)	18.899,00	19.387,00	102,58	7.130.410,00	5.505.377,97	77,21
Funcionamento do Conselho de Contribuintes - 2013 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	18.899,00	19.387,00	102,58	7.130.410,00	5.505.377,97	77,21
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	5.210.857.588,00	5.091.339.603,72	97,71
Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão de Entrada e Saída de Cargas do País - 126U (Scanner instalado/UNIDADE)	12,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00	0,00
Reforma de prédio para instalação da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG - 10AW (OBRA REALIZADA/% de execução física)	23,00	40,02	174,00	2.779.000,00	1.112.030,93	40,02
Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - 20BI (-/-)	630.000.000,00	1.148.090.014,00	182,24	68.000.000,00	45.500.000,00	66,91
Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - 20BI (Guia recebida/UNIDADE)	630.000.000,00	1.148.090.014,00	182,24	68.000.000,00	45.500.000,00	66,91
Remuneração por Serviço de Arrecadação - 2242 (Darf recebido/UNIDADE)	210.800.000,00	236.612.945,00	112,25	223.334.883,00	223.334.883,00	100,00
Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - 2247 (Sistema mantido/UNIDADE)	24,00	24,00	100,00	139.803.393,00	139.393.687,78	99,71
Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA - 2B93 (Sistema mantido/UNIDADE)	29,00	29,00	100,00	6.500.000,00	4.363.672,57	67,13
Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - 2248 (Sistema mantido/UNIDADE)	360,00	351,00	97,50	587.510.941,00	477.412.570,76	81,26

Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes - 2085 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	1.871.730,00	1.732.753,57	92,57
Sistemas Informatizados Previdenciários - 2D75 (Sistema mantido/UNIDADE)	35,00	62,00	177,14	156.000.000,00	138.732.999,56	88,93
Índice médio geral de realização			145,95			60,45

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Arrecadação Tributária e Aduaneira - 2238 (Tributo arrecadado/R\$ bilhão)	-	-	-	6.967.711,16	417.022,38	0,06
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	117.892,77	17.660,00	0,15
(RAP 2009) Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - 2237 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	-	-	-	10.948.067,23	3.132.090,63	0,29
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN - 10B3 (Edifício construído/% de execução)	-	-	-	4.784.374,40	281.923,42	0,06
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - SP - 10B0 (Edifício construído/% de execução)	-	-	-	4.003.300,00	4.003.300,00	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP - 10AX (Edifício construído/% de execução)	-	-	-	4.198.074,30	1.174.780,23	0,28
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - SP - 10B1 (Edifício construído/% de execução)	-	-	-	3.509.019,89	3.424.308,28	0,98

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC - 10B2 (Edifício construído/% de execução)	-	-	-	6.500.000,00	3.457.434,68	0,53
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO - 10A6 (Obra concluída/% de execução física)	-	-	-	1.416.309,84	1.416.309,84	1,00
(RAP 2009) Funcionamento do Conselho de Contribuintes - 2013 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	-	-	-	450.286,94	263.117,48	0,58
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	156.696.463,61	138.835.955,93	0,89
(RAP 2009) Reforma de prédio para instalação da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG - 10AW (OBRA REALIZADA/% de execução física)	-	-	-	5.000.001,00	4.873.125,80	0,97
(RAP 2009) Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - 20BI (Guia recebida/UNIDADE)	-	-	-	70.000.000,00	42.330.000,00	0,60
(RAP 2009) Remuneração por Serviço de Arrecadação - 2242 (Darf recebido/UNIDADE)	-	-	-	34.170.573,11	22.262.046,25	0,65
(RAP 2009) Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - 2247 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	16.749.581,85	15.274.188,34	0,91
(RAP 2009) Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA - 2B93 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	126.409,94	0,00	0,00
(RAP 2009) Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - 2248 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	292.056.849,35	260.189.251,81	0,89

(RAP 2009) Sistemas Informatizados Previdenciários - 2D75 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	13.392.853,14	12.066.776,54	0,90
Índice médio geral de realização			-			0,60

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa possibilitará a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil - PERCENTAGEM	110,00	31/12/2006	106,02	01/2011	109,00	Média

Fonte: MP/SPS e Copat/SRF/MF

Relatório Anual de Avaliação

Medidas corretivas necessárias: Esta Secretaria da Receita Federal do Brasil vem desenvolvendo iniciativas de fiscalização, de cobrança de créditos tributários e, em especial, de implantação de instrumentos de gestão, que devem resultar em valores expressivos para a arrecadação federal, o que poderá aproximar os resultados dos índices previstos para 2011.

Justificativa: Espera-se que o comportamento da arrecadação, para 2011, seja preponderantemente influenciado pelo desempenho da economia, no ano, e pelos lucros, das empresas, em 2010 (ajuste do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Em que pese o fato de os indicadores conjunturais de produção e demanda apontarem para um crescimento em ritmo menor do que o verificado no ano de 2010, a arrecadação deve apresentar um incremento significativo em relação ao valor arrecadado no ano anterior. Este cenário aponta para um desempenho da arrecadação próximo ao previsto, no entanto é pouco provável um índice de crescimento da arrecadação, em relação à previsão, em valores superiores a 5%.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

Banco para Todos

GERENTE DO PROGRAMA

Dannyel Lopes de Assis

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenhado Liquidado: - Pago Estatais: - Total: -
Previsto não orçamentário R\$719.696.438,00	Realizado não orçamentário R\$5.429.816.787,86

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Concessão de Crédito à População de Baixa Renda - 9758 (Empréstimo concedido/UNIDADE)	2.265.231,00	1.840.193,00	81,24	1.428.699.876,00	1.432.551.676,54	100,27
Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Informal (BB) - 9758 (Empréstimo concedido/UNIDADE)	2.265.231,00	1.840.193,00	81,24	1.428.699.876,00	1.432.551.676,54	100,27
Consórcio de Eletroeletrônicos e Demais Bens Duráveis - 9A85 (Cliente atendido/UNIDADE)	3.600,00	1.187,00	32,97	0,00	0,00	-
Conta Corrente Especial (BB) - 9757 (Conta aberta/UNIDADE)	242.667,00	196.121,49	80,82	10.660.000,00	11.241.459,00	105,45
Conta Simplificada - 9757 (Conta aberta/UNIDADE)	242.667,00	196.121,49	80,82	10.660.000,00	11.241.459,00	105,45
Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS - 9A91 (Empréstimo efetuado/R\$ milhão)	870.790,00	827.100,00	94,98	1.597.000.000,00	2.527.664.426,00	158,28
Micropenhor - 9A04 (crédito concedido/UNIDADE)	3.088.966,00	3.408.399,00	110,34	720.000.000,00	1.458.359.226,32	202,55
Plano de Previdência Complementar Aberta - 9B07 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	220.000,00	227.699,00	103,50	0,00	0,00	-

Seguro de Vida para Pessoas de Baixa Renda - 90CE (Família segurada/UNIDADE)	72.000,00	941.474,00	1.307,60	0,00	0,00	-
Índice médio geral de realização	219,28					128,71

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores a produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - ABERTURA DE CONTA

A Conta Simplificada é o principal instrumento de inclusão bancária da população de baixa renda, pois por meio dela seus titulares passam a ter acesso aos serviços e produtos financeiros. Em 2010, foram abertas 1,26 milhão de contas (1,6% acima da meta prevista para o ano).

2 - CRÉDITO À BAIXA RENDA

Outro instrumento fundamental de inclusão social é a oferta de crédito. Os resultados dos produtos de crédito do Programa, em 2010, beneficiaram a 6,07 milhões de pessoas com o valor de R\$ 5,41 bilhões, em Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, Micropenhor e Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS.

3 - PRODUTOS COMPLEMENTARES

Visando complementar a inclusão bancária e creditícia da população de baixa renda, foram beneficiadas 1,17 milhões de famílias de baixa renda com Consórcio de Eletroeletrônicos (1,18 mil), Plano de Previdência Complementar Aberta (227,69 mil) e Seguro de Vida (941,47 mil).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Não se aplica, pois o alcance foi acima de 100% do esperado.

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

Programa Não Apresenta Indicador

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O acesso aos produtos de inclusão bancária (conta, crédito e produtos complementares) é livre e democrática, o interessado abre sua conta em qualquer Instituição Financeira Federal (Banco do Brasil, CAIXA, Banco da Amazônia ou Banco do Nordeste). A cobertura da Rede de Atendimento das Instituições Financeiras é nacional e está fisicamente disponível ao público-alvo do programa Banco para Todos em todos os municípios brasileiros, por intermédio de Agências, Correspondentes Bancários e/ou Terminais de Auto-Atendimento. A cobertura do público-alvo está dentro de uma perspectiva de ampliação contínua de acesso ao sistema financeiro por pessoas de baixa renda, em 2010, foram incluídas 8,50 milhões de pessoas no sistema bancário. Cabe salientar que não há um número exato dos desassistidos do sistema bancário, cruzamento de dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD/IBGE) estimam o número de desassistidos em 25 milhões, em 32 milhões e até 54,6 milhões de brasileiros.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Embora não haja uma avaliação formal do Programa, cada Instituição Financeira Federal realiza pesquisas de satisfação com seus clientes com a finalidade de direcionar ações de melhoria do atendimento e fidelização da clientela.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

Relatório Anual de Avaliação

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$38.423.235,00	Empenhado Liquidado: R\$26.388.419,70 Pago Estatais: - Total: R\$26.388.419,70
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais - 6227 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	78.773,00	88.017,00	111,73	5.984.200,00	5.136.041,05	85,83
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	17.047.417,00	12.580.122,67	73,79
Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - 2250 (Candidato selecionado/UNIDADE)	4.530,00	1.720,00	37,97	15.391.618,00	8.672.255,98	56,34
Índice médio geral de realização			74,85			71,99

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ações de Informática - 2003 (-/-)	-	-	-	161.051,95	35.939,18	0,22
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais - 6227 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	1.893.560,65	918.562,90	0,49

(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.088.362,38	867.713,24	0,80
(RAP 2009) Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - 2250 (Candidato selecionado/UNIDADE)	-	-	-	7.827.211,91	3.355.420,96	0,43
Índice médio geral de realização			-			0,48

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suprir a administração pública com pessoal especializado para o aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Grau de Satisfação dos Alunos - PERCENTAGEM	76,00	31/12/1999	93,93	01/2011	90,00	Alta

Fonte: ESAF

Relatório Anual de Avaliação

Medidas corretivas necessárias: Análise crítica e revisão do questionário do aluno, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens.

Justificativa: Atualmente, verificamos qualitativamente que as respostas possuem inconsistências.

Grau de Satisfação dos Contratantes - PERCENTAGEM	85,00	31/12/1999	97,03	01/2011	95,00	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: Análise crítica e revisão do questionário do contratante, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens.

Além disso, é necessário intensificar a comunicação com o contratante, no sentido de obter em tempo hábil a resposta do referido questionário. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 95, conforme registro no item "Caracterização".

Justificativa: Além de constataremos que, qualitativamente, as respostas possuem inconsistências, verificamos o baixo índice de questionários respondidos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);

B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);

C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;

D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$142.198.437,00	Empenhado Liquidado: R\$120.104.075,12 Pago Estatais: - Total: R\$120.104.075,12
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	291,00	230,00	79,04	52.416,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	614,00	742,00	120,85	745.420,00	709.910,76	95,24
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	56,00	71,00	126,79	63.046,00	61.846,00	98,10
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	461,00	452,00	98,05	1.658.577,00	1.642.173,22	99,01
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	114,00	96,00	84,21	166.896,00	165.396,00	99,10

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	40,00	108,00	270,00	405.700,00	132.377,08	32,63
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	18.945.672,00	17.768.735,02	93,79
Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários - 2204 (informação disponibilizada/Gbyte)	540,00	1.416,46	262,31	3.529.601,00	1.684.982,65	47,74
Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais - 5089 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	2.852.719,00	1.387.780,00	48,65
Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários - 2203 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	4.100,00	5.572,00	135,90	1.235.990,00	761.485,27	61,61
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	92.542.976,00	85.861.434,91	92,78
Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin) - 2205 (INVESTIDOR ATENDIDO/UNIDADE)	110.000,00	126.129,00	114,66	1.418.000,00	816.465,08	57,58
Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários - 1068 (OBRA REALIZADA/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00
Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários - 2210 (Sistema mantido/UNIDADE)	30,00	30,00	100,00	16.081.424,00	9.111.489,13	56,66
Índice médio geral de realização			115,98			63,06

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	93.124,87	92.477,70	0,99

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	-	-	-	1.200,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.000,00	1.000,00	1,00
(RAP 2009) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.500,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	160.326,99	106.199,49	0,66
(RAP 2009) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	10.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários - 2204 (informação disponibilizada/Gbyte)	-	-	-	50.011,65	1.368,86	0,03
(RAP 2009) Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários - 2203 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	145.680,60	24.830,60	0,17
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	5.596.244,71	4.218.199,68	0,75
(RAP 2009) Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin) - 2205 (INVESTIDOR ATENDIDO/UNIDADE)	-	-	-	457.565,85	345.433,31	0,75
(RAP 2009) Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários - 2210 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	7.347.127,89	5.976.314,32	0,81
Índice médio geral de realização			-			0,47

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do governo federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Emissões Primárias da Economia - PERCENTAGEM	9,70	31/12/2002	30,80	12/2010	14,31	Alta
Fonte: CVM e IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						

Justificativa: Os valores que compõem o numerador Distribuições Públicas, para efeitos desse indicador, incluem apenas as distribuições públicas primárias de ações (excluído o lote suplementar) e as distribuições públicas de debêntures, de certificados de recebíveis imobiliários e de notas promissórias.

Apesar do montante do denominador Formação Bruta de Capital Fixo (valores correntes) ter saltado de R\$ 540 bilhões para R\$ 678 bilhões, crescimento de aproximadamente 25%, o indicador passou de pouco mais de 15%, em 2009, para 30% em 2010, apontando forte evolução positiva das distribuições públicas.

Porém, se os resultados do indicador nos dois anos anteriores (2008 e 2009) foram substancialmente afetados pelas incertezas devidas à crise financeira de 2008, o resultado de 2010 foi distorcido pela distribuição pública de ações da Petrobrás, ocorrida em finais de setembro, que atingiu o valor impressionante de R\$ 120 bilhões.

Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) - PERCENTAGEM	34,00	31/12/2002	69,92	12/2010	75,23	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O indicador atingiu aproximadamente 70%, porcentagem pouco inferior à do ano anterior. Em 2009, o valor de 73% refletiu o fraco desempenho do PIB. Por sua vez, a capitalização do mercado encerrou o ano de 2009 com crescimento em torno de 70% em relação a 2008, devido à forte valorização das ações. Em 2010, o aumento de R\$ 235 milhões no valor da capitalização do mercado deveu-se basicamente à variação líquida positiva entre as novas ações emitidas pelas companhias e as ações retiradas do mercado acionário. Assim, apesar do valor total de novas ações emitidas ter sido bastante significativo, o crescimento da capitalização do mercado em 2010 não conseguiu acompanhar o forte crescimento do PIB, uma vez que o mercado, no ano anterior, por meio do Ibovespa, já havia antecipado substancialmente as perspectivas positivas quanto ao desempenho da economia brasileira em 2010.

Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - UNIDADE	2.604.935,00	31/12/2002	3.601.169,00	12/2010	3.172.350,00	Alta
---	--------------	------------	--------------	---------	--------------	------

Fonte: CVM

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: A quantidade de acessos apurada no ano de 2010 representa um crescimento de 50,55% em relação à quantidade de acessos em 2009 (2.395.002) e 38,24% a mais do que o índice previsto no PPA 2008-2011 (2.604.935). O aumento além do esperado nos acessos ao site da CVM sinaliza crescente interesse da sociedade em buscar informações sobre o mercado de valores mobiliários do país, assim como possível melhoria da imagem da instituição junto ao público em geral. Ainda assim, a CVM vem trabalhando para a reformulação do site, visando maior facilidade de acesso a informações de qualidade, o que certamente contribuirá para aumentos mais significativos no volume de acessos ao site da autarquia ao longo do tempo. Cumpre destacar que a quantidade de acessos à página da CVM contempla também os acessos ao site do Investidor.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

GERENTE DO PROGRAMA

Altamir Lopes

OBJETIVO

Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.567.804.641,0	Empenhado Liquidado: R\$1.526.876.102,41 Pago Estatais: - Total: R\$1.526.876.102,41
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.447,00	1.610,00	46,71	620.454,00	155.448,34	25,05
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (-/-)	18.781,00	352.242,00	1.875,52	70.158.090,00	70.158.089,96	100,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	18.781,00	29.354,00	156,30	70.158.090,00	70.158.089,96	100,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	713,00	666,00	93,41	573.300,00	531.966,75	92,79
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.924,00	4.650,00	94,44	18.086.198,00	16.770.351,14	92,72

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	98,00	32,00	32,65	154.458,00	78.729,43	50,97
Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro - RJ - 7686 (Obra executada/% de execução física)	36,00	0,19	0,53	9.039.600,00	44.452,53	0,49
Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS - 10GQ (Obra executada/% de execução física)	22,00	0,03	0,12	9.039.600,00	10.866,94	0,12
Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA - 1186 (Obra executada/% de execução física)	20,00	3,65	18,26	6.026.400,00	1.100.590,78	18,26
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	2.936.906,00	2.716.847,20	92,51
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	207.108.782,00	205.795.849,94	99,37
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.134.622.158,00	1.127.188.480,28	99,34
Organização do Sistema Financeiro Nacional - 2091 (Decisão processual adotada/UNIDADE)	4.403,00	3.678,00	83,53	576.862,00	488.247,32	84,64
Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional - 2099 (Norma publicada/UNIDADE)	143,00	202,00	141,26	634.525,00	174.640,32	27,52
Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - 2089 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	100.956.586,00	96.139.002,15	95,23
Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - 2832 (Supervisão realizada /UNIDADE)	2.733,00	1.847,00	67,58	7.270.722,00	5.522.539,33	75,96
Índice médio geral de realização			208,48			65,94

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A solidez e a maior eficiência do sistema financeiro conferem segurança aos aplicadores em geral quanto à preservação dos valores poupados e favorece a expansão das operações de crédito e financiamento indispensáveis à expansão dos investimentos, condições impulsionadoras do crescimento e do desenvolvimento econômico do País. Não existindo um sistema financeiro sólido, não há como assegurar a estabilidade

Relatório Anual de Avaliação

econômica.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: **Sem Avaliação**

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - %	99,96	31/12/2006	99,96	12/2010	100,00	Alta

Fonte: Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.

Medidas corretivas necessárias: Não são necessárias medidas corretivas. O resultado obtido para o indicador deve-se ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Não obstante, pode-se afirmar que o Programa cumpriu com sua finalidade, pois a diferença percentual apurada correspondente a R\$ 143,2 milhões, de um total de R\$ 324,3 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível do SFN, não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN. O Índice de Basileia, utilizado como referência para medir o nível de capitalização, era de 16,83% em outubro de 2010, ou seja, acima do limite regulamentar de 11%. Conclui-se, assim, ser confortável o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro. Para o exercício de 2011, o índice previsto foi alterado para 99,7.

Justificativa: O índice de referência, apesar de não estar preenchido nesta página, é de 99,96, apurado em 31/12/2006, conforme consta na tela de Monitoramento de Programas e Ações do SigPlan.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo dos Santos

OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$102.012.514,00	Empenhado Liquidado: R\$89.476.821,66 Pago Estatais: - Total: R\$89.476.821,66
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	238,00	0,00	0,00	122.997,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	981,00	739,00	75,33	848.000,00	680.944,00	80,30
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	43,00	57,00	132,56	45.465,00	42.032,40	92,45
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	340,00	455,00	133,82	1.355.334,00	1.331.579,34	98,25

Relatório Anual de Avaliação

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	92,00	87,00	94,57	145.425,00	131.021,88	90,10
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	400,00	752,00	188,00	350.000,00	142.033,10	40,58
Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Complementar Aberta (Lei nº 10.190, de 2001 - Art. 3) - 0461 (Empréstimo efetuado/UNIDADE)	15,00	110,00	733,33	3.404.066,00	2.928.923,38	86,04
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	12.181.327,00	11.897.810,46	97,67
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	74.710.923,00	66.805.198,53	89,42
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	10.000,00	0,00	0,00
Regulamentação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2215 (Norma divulgada/UNIDADE)	2.535,00	2.646,00	104,38	550.000,00	330.691,01	60,13
Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados - 2216 (Sistema mantido/UNIDADE)	8,00	8,00	100,00	7.638.977,00	4.857.891,64	63,59
Supervisão e Fiscalização dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2214 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	5.140,00	6.083,00	118,35	650.000,00	328.695,92	50,57
Índice médio geral de realização			168,03			65,31

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	80.165,00	45.370,00	0,57
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	2.399,00	399,00	0,17
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.234.915,96	1.352.700,26	0,61
(RAP 2009) Regulamentação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2215 (Norma divulgada/UNIDADE)	-	-	-	30.410,52	15.114,15	0,50
(RAP 2009) Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados - 2216 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	1.438.922,10	1.244.669,31	0,87
(RAP 2009) Supervisão e Fiscalização dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2214 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	-	-	-	31.952,19	4.652,66	0,15
Índice médio geral de realização			-			0,47

CONTEXTUALIZAÇÃO

Reduzir os obstáculos à expansão adequada dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. a) Diagnóstico da situação: desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior transparência; necessidade de monitorar os efeitos da concentração de mercado; estagnação dos mercados na criação de novos produtos; necessidade de contínua atualização e consolidação de normas; necessidade de normas para supervisão das operações de resseguro; e concentração de renda no país. b) Conseqüências da não implementação do programa: acesso restrito ao consumo devido à falta de novos produtos pela estagnação dos mercados; maiores riscos de insolvência; abuso econômico decorrente da concentração do mercado; retração da demanda, devido a desconhecimento e desconfiança nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; impacto negativo na formação de poupança nacional com reflexos no resultado econômico do país. c) Condicionantes favoráveis e desfavoráveis à implementação do programa: Favoráveis: interesses convergentes do público alvo do programa, representado pela demanda por produtos adequados às necessidades dos consumidores e pela expectativa de

Relatório Anual de Avaliação

expansão dos mercados e realização de lucros dos seus agentes; incentivo governamental à formação de poupança; conjuntura política em função da reforma previdenciária; estabilidade econômica e perspectiva de crescimento econômico, com o PAC e outras políticas governamentais; perspectiva de redução da taxa de juros de longo prazo; abertura do mercado ao resseguro; avanço no alinhamento com as práticas internacionais de supervisão; e processo de implantação do planejamento estratégico na SUSEP. Desfavoráveis: falta de conscientização do público consumidor quanto a seus direitos e obrigações, e desconhecimento do papel da SUSEP; troca de informações deficientes com órgãos governamentais cujas atividades estejam vinculadas aos mercados fiscalizados; descompasso da estrutura da SUSEP em relação a outros supervisores internacionais de seguros com os quais a SUSEP busca alinhamento; instalações inadequadas do órgão fiscalizador em relação à estrutura necessária às suas atribuições, que vêm crescendo; carência de investimento em informática e telecomunicações; carência de estrutura organizacional e de funcionários; e falta de proteção legal para os servidores.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição - PERCENTAGEM	1,85	31/03/2003	91,96	03/2011	89,40	Alta
--	------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: SUSEP

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Na Revisão de Cadastro de Ações Orçamentárias 2011, foi solicitada à COGPL/SPOA/MF, em formulário próprio, a alteração do índice de referência computado no sistema SIGPLAN para este indicador, porque não reflete a metodologia de cálculo utilizada (relação percentual entre as Empresas Alinhadas Totalmente com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição e o Total de Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, no ano) e nem os seus resultados.

Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto(PIB) - PERCENTAGEM	0,42	31/03/2003	7,77	03/2011	3,20	Alta
---	------	------------	------	---------	------	------

Fonte: SUSEP

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Na Revisão de Cadastro de Ações Orçamentárias 2011, foi solicitada à COGPL/SPOA/MF a alteração do índice de referência computado no sistema SIGPLAN para este indicador, porque não reflete a metodologia de cálculo utilizada, uma vez que, na forma unitária, o índice de referência deveria ser 0,042 (ou seja, 4,2% na forma centesimal).

OBS: * Foi pedida, também, a adequação do valor do índice, com a fixação do índice final para 7,64%. **Assim como o índice final (3,2), o índice constante no SIGPLAN para 2010 (0,32) não corresponde ao previsto pela SUSEP.

Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização - R\$ per capita	0,55	31/03/2003	593,80	03/2011	522,77	Alta
--	------	------------	--------	---------	--------	------

Fonte: SUSEP

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Na Revisão de Cadastro de Ações Orçamentárias 2011, foi solicitada à COGPL/SPOA/MF a alteração do nome e do índice de referência computados no sistema SIGPLAN para este indicador, visto que o nome não reflete a fórmula de cálculo e nem a unidade de medida, que é R\$ per capita, e o índice de referência não reflete adequadamente a metodologia de cálculo e os seus resultados.

OBS: * O índice constante no SIGPLAN para 2010 (0,31) não corresponde ao previsto pela SUSEP.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Educação Fiscal

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos

PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$535.500,00	Empenhado Liquidado:	R\$158.214,51
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$158.214,51
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Formação de Disseminadores da Educação Fiscal - 6268 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	20.000,00	12,98	0,06	244.500,00	136.129,71	55,68
Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal - 6267 (Material distribuído /UNIDADE)	15.000,00	15,00	0,10	210.000,00	17.764,80	8,46
Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal - SISPNEF - 10F0 (Avaliação realizada/% de execução física)	60,00	50,00	83,33	81.000,00	4.320,00	5,33
Índice médio geral de realização			27,83	23,16		

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Formação de Disseminadores da Educação Fiscal - 6268 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	33.826,01	22.581,24	0,67
(RAP 2009) Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal - 6267 (Material distribuído /UNIDADE)	-	-	-	21.065,48	121,00	0,01
Índice médio geral de realização			-			0,34

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 sacramentou a instituição da democracia participativa no Brasil e ampliou os direitos dos cidadãos quanto à sua condição de fiscal das ações dos governantes, dentro do Estado de Direito. O financiamento dos gastos públicos se dá pela arrecadação de tributos; portanto torna-se necessária a conscientização do cidadão brasileiro do porquê o imposto é cobrado e de como são planejadas e definidas as prioridades dos gastos nos vários serviços oferecidos pelo Estado na saúde, na educação, nos transportes, na assistência e previdência social, no policiamento etc, bem como na manutenção da estrutura governamental para a estabilidade sócio-econômica do país. A Constituição Federal definiu, dentro da participação democrática, as regras para que o cidadão tenha condições de acompanhar o uso do dinheiro público e de interferir no gasto público que não se coadune com os princípios da Administração Pública. Dessa forma o art. 5º, XXXIII, declara o direito de todos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ou do interesse coletivo ou geral, obrigando o governo a prestar estas informações dentro dos prazos legais, sob pena de crime de responsabilidade. No mesmo artigo, o inciso LXXIII caracteriza o Princípio da Moralidade, o qual define que qualquer cidadão pode propor ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio público histórico e cultural. O art. 74, § 2º declara a possibilidade de qualquer cidadão ou associação, partido político ou sindicato, dentro da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os órgãos de controle externo da Administração Pública. Dentro desse contexto de deveres e direitos do cidadão, tornam-se imprescindíveis ações que possam levar ao cidadão o conhecimento sobre a necessidade do tributo para a manutenção da sociedade, bem como apresentem a ele o esclarecimento quanto ao seu papel de fiscal do bom uso do dinheiro público e de monitoramento dos atos do governo, além de levá-lo a conhecer as vias legais para colaborar no combate à imoralidade e à corrupção administrativa.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Foram capacitados 11.000 disseminadores do PNEF em 2010, na modalidade de ensino a distância. A previsão era matricular 20.000 alunos.
15.000 kits foram preparados para o curso de disseminadores de educação fiscal.
No curso de formação inicial para Auditores-Fiscais da Receita Federal foi incluído o conteúdo Educação fiscal. Em 2010, foram treinados, a distância, 1.200 recém-ingressados.
No Programa de Formação de Dirigentes Fazendários - PDFAZ, a distância, foram capacitadas 500 lideranças em educação fiscal.
29 servidores concluíram o curso de Pós-Graduação, *lato sensu*, em Educação Fiscal e Cidadania, presencial, oferecido pela escola, de 2008 a 2010.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A meta ficou abaixo de 80% para o Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, por motivo de evasão de alunos matriculados. A causa de tal evasão está sendo investigada pela Coordenação Nacional do Programa.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal - PERCENTAGEM	5,57	12/12/2004	14,50	01/2011	25,00	Média
Fonte: Esaf						
Medidas corretivas necessárias: Aplicação de questionários aos alunos que concluírem o curso de Disseminadores de Educação Fiscal. Capacitação de representantes Estaduais e Municipais na plataforma de navegação de cursos a distância.						
Justificativa: A meta ficou abaixo de 80% para o Curso de Disseminadores de Educação Fiscal. Houve grande evasão de alunos matriculados e o motivo dessa evasão está sendo investigado pela Coordenação Nacional do Programa.						
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública - PERCENTAGEM	6,53	30/04/2003	15,00	01/2011	30,00	Muito Baixa
Fonte: ESAF						
Medidas corretivas necessárias: Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.						

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: A ausência de instrumentos adequados para avaliar o indicador. O conteúdo de Educação Fiscal é transmitido pelo professor de forma transversal para uma sensibilização a longo prazo, por isso não é possível mensurar resultados quantitativos anuais.

Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública - PERCENTAGEM	7,00	30/04/2003	14,30	01/2011	25,00	Muito Baixa
--	------	------------	-------	---------	-------	-------------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.

Justificativa: A ausência de instrumentos adequados para avaliar o indicador. O conteúdo de Educação Fiscal é transmitido pelo professor de forma transversal para uma sensibilização a longo prazo, por isso não é possível mensurar resultados quantitativos anuais.

Taxa de Abrangência Municipal - PERCENTAGEM	30,00	30/04/2003	43,60	01/2011	80,00	Média
---	-------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: É importante rever o índice da meta, pois tem como referencial todos os Municípios brasileiros. Torna-se necessário a sua adequação no sentido de reorientar a condução do programa com maior eficácia.

Justificativa: Dificuldade de implementar em virtude da carência de recursos humanos e orçamentários para executar a ação e alcançar a meta prevista.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Ausência de um sistema de acompanhamento e avaliação do Programa.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Participação de entidades de classe e de órgãos federais, Estaduais e Municipais.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

A ESAF promove encontros com os Grupos de Trabalho de Educação Fiscal dos Estados e de alguns Municípios a cada quadrimestre.
CONAE - Conferência Nacional da Educação

OUTROS (ESPECIFIQUE):

SEMINÁRIOS REGIONAIS E ATIVIDADES RELACIONADAS A DISSEMINAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

OBJETIVO

Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$19.754.873,00	Empenhado Liquidado: R\$15.053.413,35 Pago Estatais: - Total: R\$15.053.413,35
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	2.419,00	2.228,00	92,10	4.885.366,00	3.842.850,08	78,66
Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - 2098 (Relatório publicado/UNIDADE)	4,00	4,00	100,00	12.609.607,00	10.695.318,79	84,82
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.259.900,00	515.244,48	22,80
Índice médio geral de realização			96,05			62,09

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A estabilidade de preços preserva o poder de compra da moeda para todos os agentes da sociedade, tornando as oportunidades mais igualitárias. A redução da incerteza quando às flutuações de preço, que leva à perda do poder aquisitivo da moeda, favorece a realização de transações com maior segurança. A estabilidade viabiliza também os contratos e o planejamento de longo prazo, fundamentando o crescimento sustentável e a

redução das taxas de juros de longo prazo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Varição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - PERCENTAGEM	9,30	31/12/2003	5,91	12/2010	4,50	Alta

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de medidas corretivas. O objetivo do programa é assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal, o que vem sendo alcançado, uma vez que o índice apurado em 2010 foi de 5,91%, encontrando-se dentro do intervalo de tolerância de +/- 2 p.p da meta de 4,5%.

Justificativa: Apesar de não constar nesta página, o índice de referência é de 9,30, apurado em 31/12/2006, conforme página de Monitoramento de Programas e Ações do SigPlan.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Felipe Denucci Martins

OBJETIVO

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

PÚBLICO-ALVO

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$349.860.580,00	Empenhado Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R\$244.278.868,00
	Total:	R\$244.278.868,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	R\$1.650.120.695,73	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Adequação e Modernização do Parque Industrial - 3274 (linha de produção modernizada/% de execução física)	23,00	68,46	297,65	325.875.130,00	229.232.311,00	70,34
Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - 4105 (-/-)	0,00	0,00	-	23.985.450,00	15.046.557,00	62,73
Produção de Cédulas - 9438 (cédula produzida/milhão)	1.600,00	1.977,46	123,59	255.529.196,49	281.636.582,77	110,22
Produção de Documentos de Segurança Diversos - 9441 (DOCUMENTO PRODUZIDO/milhão)	2.428,29	518,33	21,35	247.072.321,00	75.564.400,10	30,58
Produção de Moedas - 9439 (moeda produzida/milhão)	1.340,00	1.700,32	126,89	248.753.770,89	261.417.209,42	105,09
Produção de Selos Fiscais - 9443 (selo fiscal produzido/milhão)	63,82	42.233,05	66.177,33	200.255.966,88	1.029.529.374,99	514,11
Produção de Selos Postais - 9440 (Selo postal produzido/milhão)	21,15	4,50	21,25	11.355.203,53	1.973.128,45	17,38
Índice médio geral de realização		11.128,0				130,06

METAS FINANCEIRAS - RAP

Relatório Anual de Avaliação

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal. Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresa nacionais com capital estrangeiro, exceto esta CMB. O programa tem como contribuir com várias diretrizes estabelecidas no PPA 2004/2007, das quais se destacam: 1) Preservação e ampliação de postos de trabalho através do atendimento do mercado nacional por demandas hoje atendidas por empresas estrangeiras; 2) Aperfeiçoamento de instrumentos de combate à fraude e à sonegação fiscal; 3) Intensificação da política de substituições competitivas de importações; 4) Promoção do uso das tecnologias de informação; 5) Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação; 6) Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental; 7) Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública; 8) Redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos procesos produtivos e os de acidentes ambientais; 9) Geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável; 10) Valorização e disseminação da educação ambiental; 11) Promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais em todo o país e no exterior; 12) Ampliação e diversificação das exportações brasileiras.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual - PERCENTAGEM	99,20	31/12/2002			100,00	Alta

Fonte: Casa da Moeda do Brasil

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Não foi apresentado o índice apurado. Impossibilidade de ajustes nas ações não orçamentárias. O programa corresponde à atividade fim da empresa, gerando dificuldade na demonstração do seu desempenho.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

GERENTE DO PROGRAMA

Adriana Queiroz de Carvalho

OBJETIVO

Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

PÚBLICO-ALVO

União e contribuintes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$498.818.542,00	Empenhado Liquidado:	R\$429.107.647,29
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$429.107.647,29
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União - 2244 (-/-)	5.511,00	5.429,42	98,52	29.114.127,00	26.044.634,47	89,46
Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União - 2244 (Crédito arrecadado/R\$ milhão)	5.511,00	5.429,42	98,52	29.114.127,00	26.044.634,47	89,46
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	966,00	2.861,00	296,17	2.900.000,00	2.127.990,54	73,38
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	42.955.462,00	41.481.310,00	96,57
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	318.089.614,00	285.535.870,76	89,77
Manutenção de Novas Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional - 2D31 (Seccional mantida/UNIDADE)	15,00	13,00	86,67	4.704.215,00	861.089,22	18,30

Relatório Anual de Avaliação

Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - 2245 (PROCESSO ANALISADO/UNIDADE)	6.455.685,00	1.915.601,00	29,67	3.749.160,00	3.276.222,70	87,39
Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - 2249 (Sistema mantido/UNIDADE)	3,00	3,00	100,00	97.305.964,00	69.780.529,60	71,71
Índice médio geral de realização	118,26					77,00

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União - 2244 (Crédito arrecadado/R\$ milhão)	-	-	-	3.110.930,56	2.954.183,43	0,95
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	237.693,89	140.767,05	0,59
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	17.190.679,78	12.523.226,88	0,73
(RAP 2009) Manutenção de Novas Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional - 2D31 (Seccional mantida/UNIDADE)	-	-	-	1.142.124,60	1.060.501,84	0,93
(RAP 2009) Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - 2245 (PROCESSO ANALISADO/UNIDADE)	-	-	-	20.629,12	1.444,09	0,07
(RAP 2009) Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - 2249 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	40.435.263,45	30.320.591,43	0,75
Índice médio geral de realização	-					0,67

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito a sociedade se ressentida de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda, e ainda permita recursos suficientes ao acesso e prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda; enfocar a recuperação de débitos para com o

Estado preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional; conferir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União; existência de legislação de regência: Constituição Federal Artº 131 , § 3º, Lei nº 7.711, 22.12.88, Dec. nº 98.135, de 12.09.89, Dec nº 1.847, 28.03.96, Portaria MF nº 175, de 17.06.96.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Perdas de Recursos da União Evitadas - R\$	163.065.047,	31/12/2003	567.575.263.	02/2011	252.393.786,	Alta

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Verifica-se um acréscimo neste índice em relação ao ano passado, o que resultou do sucesso da Fazenda Nacional em grandes causas discutidas, não só no STF e no STJ, mas também nos TRF's. Deve-se registrar, contudo, a atipicidade do índice alcançado, pois não é possível prever quando serão discutidas ações judiciais tão impactantes economicamente, como se verificou esse ano. Outro aspecto relevante neste índice é que nem sempre é possível estimar com a precisão necessária os valores envolvidos nas causas ganhas pela Fazenda Nacional, considerando-se que boa parte das matérias discutidas refere-se a questões processuais e as que tratam de questões tributárias, por vezes, apresentam aspectos muito particulares que influenciam apenas nos tributos devidos por um determinado contribuinte ou grupo de contribuintes, sem mencionar o fato de que os valores discutidos nem sempre são identificáveis nos autos sem que haja a necessidade de liquidação dessa quantia.

Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União - R\$ milhão	1.926.000,00	31/12/2003	5.429,00	02/2011	3.376.568,00	Alta
---	--------------	------------	----------	---------	--------------	------

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Tanto o índice de referência, quanto a previsão do índice final 2011 foram mensurados no PPA na unidade de medida REAL e não MILHÃO de REAIS.No entanto, a informação do índice atingido no exercício já encontra-se em CMILHÃO de REAISD. Houve decréscimo de 42,42% do índice em relação ao ano anterior. Isso se deve, em parte, porque, em razão da Lei nº 11.941/2009, pode-se considerar 2009 como um ano atípico, pois os benefícios concedidos pela referida lei resultaram em significativo aumento no ingresso dos valores recolhidos aos cofres públicos. Em 2010 não foi mais possível quitar os débitos por pagamento à vista com desconto, conforme o previsto na Lei n.º 11.941/2009.A adesão foi permitida até 30 de novembro de 2009. Quanto aos parcelamentos previstos na Lei n.º 11.941/2009, não foi possível concluir em 2010 a sua consolidação.O aporte de recursos aos cofres públicos se deu em montante decorrente das parcelas mínimas que vem sendo pagas.

Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional - R\$ milhão	4.898.747,92	31/12/2003	10.791,59	02/2011	10.500.901,2	Alta
--	--------------	------------	-----------	---------	--------------	------

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: Tanto o índice de referência, quanto a previsão do índice final 2011 foram mensurados no PPA na unidade de medida REAL e não MILHÃO de REAIS.No entanto, a informação do índice atingido no exercício já encontra-se em CMILHÃO de REAISD. Verifica-se que houve um acréscimo na arrecadação da defesa de aproximadamente 7,05% em relação ao ano passado, o que representa uma maior judicialização das questões fiscais. Vale ressaltar a ausência de governabilidade da Fazenda Nacional em relação a este índice, uma vez que não é possível prever com exatidão o crescimento da litigiosidade, nem a disposição do contribuinte em litigar contra a Fazenda Nacional.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação